

# Paisagens de Ourinhos (SP) e a presentificação indígena

*Landscapes of Ourinhos (SP) and the indigenous presentification*

LUCIENE CRISTINA RISSO<sup>A</sup>

<sup>a</sup> Professora doutora do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).  
E-mail: [luciene.risso@unesp.br](mailto:luciene.risso@unesp.br)

---

Este artigo enfatiza o passado indígena de Ourinhos e região, além do processo de ocupação do oeste paulista no final do século XIX e início do século XX. A penetração no oeste paulista, considerado como “sertão”, deu-se a partir da metade do século XIX, com processos de grilagem de terras devido à venda ilegal das terras devolutas e, sobretudo, com o avanço da cafeicultura, buscando novas áreas férteis e a expansão da ferrovia. Nessa região viviam principalmente os povos Kaingang, em maior número, e os Guarani. Porém, em consequência dos conflitos fundiários com os brancos, foram sumariamente eliminados, assim como as florestas ciliares e a estacional semidecidual. É uma triste história, que nem por isso pode ser renegada. Ao contrário, precisamos entender a dívida histórica imensa que temos com os povos originários de nosso país, além de apoiar políticas públicas de reparação, valorizando sua luta.

Palavras-chave: história, povo Kaingang, oeste paulista, geografia cultural.

---

This article highlights the indigenous past of Ourinhos, outlining the westward occupation of São Paulo in the late 19th and early 20th century. Considered the “backlands” of São Paulo, expansion to the west started in middle-19th century by land grabbing processes, due to the illegal sale of vacant lands, and especially by the growing coffee production, in search of new fertile areas and railroad expansion. The region was already populated by the Kaingang and Guarani peoples, which were massacred in land conflicts with the white settlers; the existing riparian forests and the semideciduous seasonal also disappeared. Such history, although somber, cannot be denied. Rather, we should understand our immense historical debt towards Brazil’s autochthonous populations, supporting reparation policies and aiding the struggle of these peoples.

Keywords: history, Kaingang people, west of São Paulo, cultural geography.

---

## INTRODUÇÃO

A paisagem é uma herança, possui formas naturais com seus processos e dinâmicas, e, sobre elas, as ações humanas de sucessivas épocas históricas. Dessas ações quase sempre ficam marcas que atravessam o tempo e permitem supor um passado.

Para entender uma paisagem é necessário analisar como as sociedades foram transformando as formas naturais, conforme sua cultura e poder, ou seja, valores, pensamentos, técnicas, vivências, experiências, sentimentos e simbolismos relacionados à paisagem.

A paisagem de Ourinhos é uma construção social de 8 mil anos. Primeiramente, feita das tradições dos povos caçadores coletores vivendo às margens do rio Paranapanema; posteriormente, de outros povos. Isso foi comprovado por meio de achados arqueológicos ao longo do rio Paranapanema. Nessa região viviam basicamente os povos Kaingang, em maior número, e os Guarani, que, em consequência dos conflitos fundiários com os brancos devido ao avanço da cafeicultura rumo ao oeste paulista, a partir da metade do século XIX, foram sumariamente eliminados, assim como as florestas ciliares e a estacional semidecidual.

O modo de viver indígena era completamente diferente do modo capitalista, eurocêntrico. Suas paisagens espelhavam a cosmovisão, sua cultura, gerando paisagens diferenciadas, pois nelas estavam “presentes não somente a materialidade da cultura e da Natureza, mas também os sentimentos, os valores, em relação às paisagens” (RISSO, 2008, p. 72). Suas paisagens eram conservadas, com rios e matas, visto que os elementos são quase que sagrados para os povos indígenas. Em fins do século XIX, a ideia positivista de progresso significava desmatar as florestas e com elas os povos indígenas, que eram vistos como empecilhos ao desenvolvimento. Os resultados disso? Inúmeras mortes, esbulho das terras indígenas, ecocídio e uma enorme dívida histórica.

Essa história muitas vezes é escondida ou renegada, porém, é importante ser lembrada para que todos saibam da injustiça para com os povos originários, apoiando suas lutas e políticas públicas para reparação histórica.

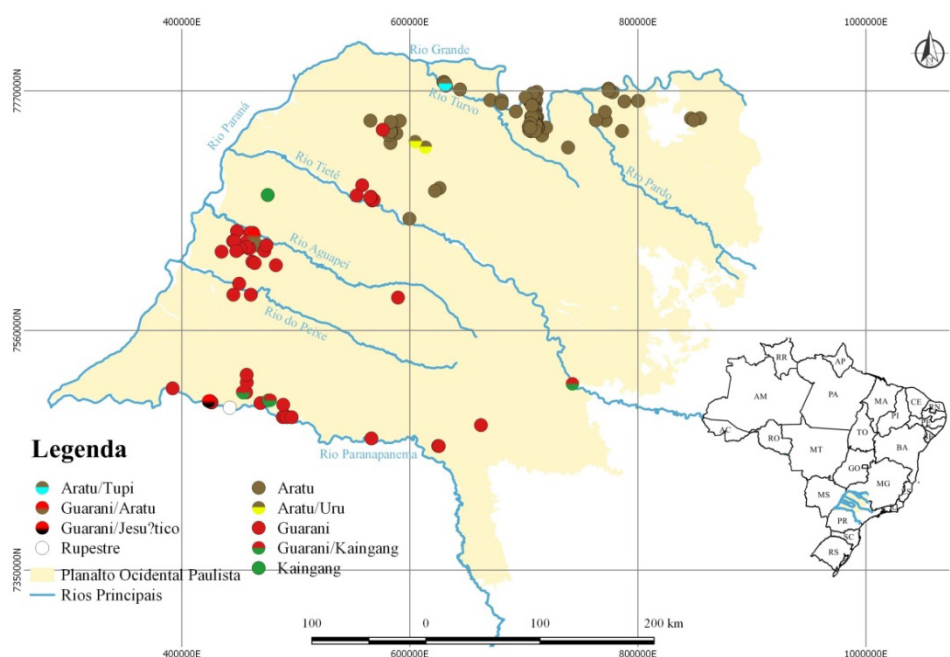
Este artigo foi baseado em revisões bibliográficas e outras referências on-line, visita presencial ao Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP) em 2019 e visita virtual ao Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre, em 2020, além de trabalhos de campo na terra indígena Araribá durante 2018 e 2019, bem como uso de fonte histórica da Comissão Geográfica e Geológica de 1886. Espera-se que o artigo possa contribuir com o tema e com as ideias de educação patrimonial para valorizarmos nosso passado ancestral.

## A HISTÓRIA INDÍGENA RENEGADA

A paisagem de Ourinhos é uma construção social de 8 mil anos. À época, a região era habitada por caçadores coletores nômades de tradições líticas vivendo às margens do rio Paranapanema. Desde então, adensaram-se os Guarani (migrando da Amazônia Central<sup>1</sup>), do ano 1000 a 700 anos do presente (PEREIRA, 2011, p. 134), levando ao desaparecimento dessas populações nômades.

Os Guarani trouxeram a agricultura, essencialmente de milho e mandioca, e eram seminômades. Mais tarde, no século XVIII, vieram para a região de Ourinhos os Kaingang (chamados de Coroados) e outros povos indígenas. Dessa forma, há vários sítios arqueológicos sobrepostos encontrados ao longo da bacia do Paranapanema, com tradições líticas e ceramistas Tupi-Guarani (figura 1). No sítio Guarani foram encontradas urnas, nas quais eles enterravam seus mortos, cascos de cerâmicas decoradas, e, das tradições líticas, várias pontas de flecha feitas de pedra lascada.

1 Sobre a data em que aconteceu isso, afirma Brochado (1989, p. 74) “datas de 2.200 B.P. são sugeridas para o início desta transformação pelo fato de que por volta de 1800 B.P. a cerâmica da subtradição Guarani já estava espalhada por essas áreas”.

**Figura 1.** Sítios arqueológicos de vários povos indígenas.

Fonte: Faccio (2019, p. 9).

Sobre os Kaingang, Cobra (1923, p. 3) descreve que eles, os Coroados, eram em maior número no sudoeste paulista: “[...] Entre as tribus habitantes da região, sobressahia a dos Coroados [...] Chavante e Cayuas, duas outras, do vale do Paranapanema, não eram tão hostis”.

Vários autores indicam que eles viveram entre o rio Tietê e o Paranapanema, provavelmente vindos, a partir do século XVIII, do sul do país: “[...] no Vale do Rio Tietê passando pelas bacias do Rio Feio-Aguapeí e do Rio do Peixe até as florestas que, em galeria, margeavam o Rio Paranapanema” (PINHEIRO, 1992, p. 52). Segundo Joviano (2011, p. 46), “em São Paulo, a ocupação Kaingang se estendia pelo quadrilátero, que vai da região de Bauru ao rio Paraná e do Rio Tietê ao Rio Paranapanema” (figura 2).

Os Kaingang têm um território tradicional na região sul do país e no estado de São Paulo. Falam a língua Kaingang, pertencente à família jê do tronco macro-jê, com vários dialetos.

De acordo com a publicação do Instituto Socioambiental (2000) na página dos Povos Indígenas em seu site, a organização social Kaingang possui uma composição sociocossmológica baseada nas metades clânicas patrilineares Kamé (o Sol) e Kairu (a Lua), responsáveis pela identidade social – pois, segundo as histórias sagradas, foram o Sol e a Lua que criaram e deram nome

a todos os seres da natureza – e pelos casamentos entre os clãs opostos.

**Figura 2.** Localização geral do povo Kaingang no estado de São Paulo.

Fonte: Desenho de Andréa Zacharias, baseado nas informações de Joviano (2011, p. 46).

Na parte dos rituais, o principal é o culto aos mortos (*kikiko*), descrito por Nimuendajú (1913) e Baldus (1937), em que bebiam e se expressavam dançando simbolicamente, num movimento dos clãs que ao final se complementavam. Os xamãs são chamados de *kuiã* e têm função de sabedoria, cura e intermediação dos mundos. Na arte material

tradicional, chamam a atenção os grafismos, os trançados de cestarias, os instrumentos para caçada, os instrumentos musicais – como flauta, maracás, apitos – os brinquedos etc.

Enfim, lendo e revisando os trabalhos de conclusão de curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como o de Cândido (2014), o de Amaral e Ferreira (2015) e o de Luiz (2015), percebeu-se que as resistências culturais, como o ensino da língua nativa, os artesanatos, o grafismo, a alimentação, o modo de fazer, suas danças, as brincadeiras das crianças e suas

memórias e oralidades estão vivas e sempre se ressignificando por meio dos grupos.

Quanto aos outros povos indígenas, o mapa da Comissão Geológica e Geográfica, da qual participou Teodoro Sampaio ao longo do rio Paranapanema, em 1886, é uma importante fonte histórica. A comissão constituída pela província do estado de São Paulo teve como objetivo o mapeamento técnico para posteriores políticas e ações do estado a respeito da abertura das terras ao capital. Na planta do rio Paranapanema (figura 3) é possível ver a anotação da presença dos Guarani Kaiowá e dos Xavante ao longo do rio Paranapanema.

**Figura 3.** Planta do rio Paranapanema, 1886.



Fonte: Comissão Geographica e Geológica da Província de S. Paulo (1886).

Segundo Pinheiro (1992, p. 52) os Guarani Kaiowá, situados no vale do rio Santo Anastácio, “emigraram para São Paulo e para o Paraná vindos do Paraguai e do sul do Mato Grosso”. Brochado (1989, p. 74) diz que os sítios arqueológicos da cultura Guarani são bem antigos, e isso significa que vieram antes dos Kaingang e Oti-Xavante. Próximo a Ourinhos, os Guarani viveram em Piraju, chamada à época de Vila de Sebastião do Tijuco Preto, na aldeia Piraju. Diz Morais (1997, p. 16 *apud* PASCHOARELLI, 2012) que, em 1912, os restantes 30 Guarani foram transferidos para a reserva de Araribá.

Por essa planta, os Xavante provavelmente estavam situados nas áreas do atual município de Rancharia, o distrito de Conceição de Monte Alegre (Paraguaçu Paulista), Echaporã (chamada na época de Bela Vista), por onde passa o rio Capivara, na atual Assis. Isso foi observado pelo

referencial da foz no Tibagi no rio Paranapanema. Aliás, os nomes dos cursos d’água foram importantes referenciais no passado para delimitação de terras (COBRA, 1923) e são essenciais para a localização geográfica atual. Os Xavante, também chamados de Oti-Xavante, se deslocaram do centro do Brasil para o vale do Paranapanema no século XIX<sup>2</sup> e tiveram desavenças com os Kaingang. Eles viviam em campos e cerrados (PINHEIRO, 1992).

A penetração no oeste paulista, considerado como “sertão”, deu-se a partir da metade do século XIX, por meio de processos de grilagem de terras, favoráveis à venda ilegal das terras devolutas e esbulho das terras indígenas, bem

2 Relatamos a data da vinda dos Oti-Xavante em 1906, mas o mapa da figura 3 mostra que já estavam na área em 1886.

como ao avanço da cafeicultura e abertura para expansão da malha ferroviária<sup>3</sup> para escoamento da produção.

“Até o início do século XIX, alguns grupos de índios foram úteis ao capital como mão de obra ou para assegurar a posse de áreas contra as investidas de outros grupos” (CORREA, 2013, p. 61). Todavia, a partir de 1850, com a lei de terras, que ficou valorizada com a entrada de novos trabalhadores imigrantes para a cafeicultura, os indígenas não serviam mais e poderiam ser descartados. Sobre isso, Pinheiro (1992, p. 53) afirma que “inclusive a Lei de Terras de 1850 agilizou a apropriação das terras dos Kaingang pelos mineiros<sup>4</sup>, inicialmente, e depois, os mineiros acabaram passando-as para políticos, grileiros, etc.”. Um deles, José Theodoro de Souza (1805-1875), considerado o “pioneiro” do vale do Paranapanema no setor entre Botucatu (curso do rio Pardo) e a cidade atual de São Pedro do Turvo (COBRA, 1923), fundou um povoado, São José do Rio Novo ou Campos Novos do Paranapanema (atual Campos Novos Paulista), que era a “boca do sertão”.

Especificamente sobre Ourinhos, Araújo e Cunha afirmam o papel do mineiro José Theodoro de Souza e o processo de ocupação da cidade:

[...] A chegada da ferrovia propiciou uma série de mudanças consideráveis no espaço, a começar pela remoção da vegetação original que deu lugar os trilhos e as extensas plantações de café que se expandiam em ritmo acelerado na região, posteriormente, ao redor dos ‘trilhos’ surgiram dinâmicas que seriam responsáveis pelo surgimento do município. No entanto, acreditamos que seria muito importante considerar em nossa pesquisa os processos anteriores a chegada da ferrovia e do café na região para análise da ocupação no contexto da frente de Expansão e da Pioneira. Conseqüentemente, por meio de tal análise pudemos destacar a importância que a população mineira teve na região e principalmente na própria cidade de Ourinhos. Além disso, as terras que dariam origem ao município faziam parte anteriormente do vasto território ‘conquistado’ por José Teodoro de Souza, no entanto, com os desmembramentos destas em

conjunto com uma série de irregularidades estas passaram para as mãos de outras pessoas. D. Escolástica, por exemplo, adquiriu estas terras no início do século XX com o intuito de reservá-las para uma futura expansão do café. (ARAÚJO; CUNHA, 2011, p. 55)

Após a venda das terras de José Theodoro para Dona Escolástica, as autoras relatam que ela as vendeu para outro mineiro, Jacintho F. de Sá, em 1910, considerado um “pioneiro”:

[...] Com estas propriedades valorizadas [com a chegada de ferrovia Sorocabana e do café durante a Frente Pioneira] ele inicia então um novo processo de ocupação através do loteamento de pequenas parcelas de terra que dariam origem ao formato que Ourinhos possui hoje. (ARAÚJO; CUNHA, 2011, p. 55)

No entanto, esse processo expansionista, pioneiro em Ourinhos e no restante do oeste paulista, foi cruel para os indígenas, em consequência dos conflitos fundiários com os brancos (vinda dos mineiros, posseiros, fazendeiros e estradas de ferro<sup>5</sup>), desde a metade do século XIX até a década de 1910. Os indígenas do sudoeste paulista foram sumariamente eliminados, assim como as florestas ciliares e a estacional semidecidual. Aliás, os indígenas foram acusados de atrapalhar o progresso do país ao irem contra a colonização e a construção das ferrovias (principalmente a Noroeste e a Sorocabana). Pinheiro (1992) assevera que os Oti-Xavante e os Guarani foram inicialmente aldeados<sup>6</sup>, a partir de 1854, e os Kaingang ficaram frente a frente com as frentes de expansão.

Entretanto, após serem aldeados, o poder público não tinha mais interesse em mantê-los. “Eles perdiam a sua importância enquanto aldeamento indígena e adquiriam paulatinamente características de núcleo urbano. Inclusive houve revoltas em torno da década de 1860

3 Dentre as ferrovias, havia a Noroeste, unindo Bauru ao Mato Grosso do Sul (1906), e a Sorocabana, unindo Sorocaba e Presidente Prudente, passando por Ourinhos e de Sorocaba até Santos. Existia um entroncamento em Bauru, ligando à Noroeste. As ferrovias faziam transporte de produtos e de pessoas.

4 Mineiros como José Theodoro de Souza (1805-1875), João da Silva e Francisco de Paula.

5 Inclusive, a Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil incentivava e pagava aos brancos por “batidas” ou “caçadas” para assassinar grupos Kaingang (COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 1984) e o poder público não tomou nenhuma atitude.

6 Dois grandes aldeamentos são desse tempo: São Sebastião do Piraju, em Botucatu, que “tinha em 1856, um contingente populacional de 112 índios” e o de São João Batista da Faxina, “entre os rios Verde e Itararé, no município de Itapeva da Faxina, apresentava um contingente populacional de 130 pessoas” (PINHEIRO, 1989, p. 88).

nos aldeamentos. Os indígenas, Guarani e Oti, desapareciam e seus territórios eram usurpados” (PINHEIRO, 1992, p. 102). Vale dizer que alguns Guarani da região do Paranapanema também foram levados para acampamentos e postos indígenas após a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910.

Pinheiro (1992) diz que após a dizimação dos Oti-Xavante<sup>7</sup>, vários Kaingang foram assassinados pelos bugreiros em 1890 e, com o tempo, os indivíduos sobreviventes foram pacificados em acampamentos (que depois se tornariam postos indígenas/reservas) em 1912:

A formação de ‘bandeiras’ se intensificou e, a partir de 1890, quando já se havia exterminado quase todos os Oti-Chavante, elas obtiveram definitivamente a aceitação popular e foram, até a pacificação, as formas quase exclusivas de relacionamento entre Kaingang e civilizados. No início do século XX, com a fundação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI – sob orientação positivista do Marechal Rondon, os Kaingang finalmente foram pacificados. (PINHEIRO, 1992, p. 112)

Sobre a pacificação, Marília Xavier Cury (2012) indica que os grupos Kaingang procuraram o acampamento do SPI, chamado de Ribeirão dos Patos<sup>8</sup>, em 19 de março de 1912, após tantas violências cometidas pelos bugreiros. Só depois foram transferidos para os postos indígenas Icatu (1914) e Vanuíre (1916). Sobre isso, o portal Kaingang afirma que:

Era o dia 19 de março de 1912 quando um grupo dos Kaingang apareceu, por iniciativa própria ao acampamento do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) no Ribeirão dos Patos, no Oeste Paulista. O gesto marcou o que os brancos chamaram de ‘pacificação dos Coroados’, e para os Kaingang do cacique Rerĩ a ‘pacificação dos fók’. Não sabiam os indígenas que todas aquelas terras, suas e de seus antepassados, já estavam totalmente loteadas e vendidas aos fazendeiros do café [...]. Em 2012, se comemoram os 100 anos daquele episódio. O que a sociedade paulista, que construiu enormes riquezas sobre a terra e sobre a vida dos índios Kaingang, tem a dizer? O que pensa fazer para reparar essa dívida histórica?? (KAINGANG..., c2012)

7 Note-se que não foram encontrados até o momento vestígios arqueológicos desse povo (Figura 1).

8 Cury (2012) diz que o acampamento era chamado de Hector Legru na região de Promissão (SP). O Ribeirão dos Patos foi o local escolhido, pois era um lugar muito frequentado e valorizado pelos Kaingang (RODRIGUES, 2007).

As paisagens da região foram construídas e vividas por esses grupos indígenas. Elas contêm memórias dessa cultura e das lutas injustas que as levaram a um verdadeiro holocausto por muito tempo silenciado e apagado em nosso país.

Como diz Pinheiro (1992, p. 121), a história oficial, “não só fez questão de desconhecer fatos violentos ocorridos no contato, mas, o que é pior, tentou justificá-los isentando-se de culpas. Nem a memória dos fatos foi devidamente registrada”. Nos postos/reservas, vale lembrar que os Kaingang e Guarani também tiveram que enfrentar a gripe espanhola e o sarampo.

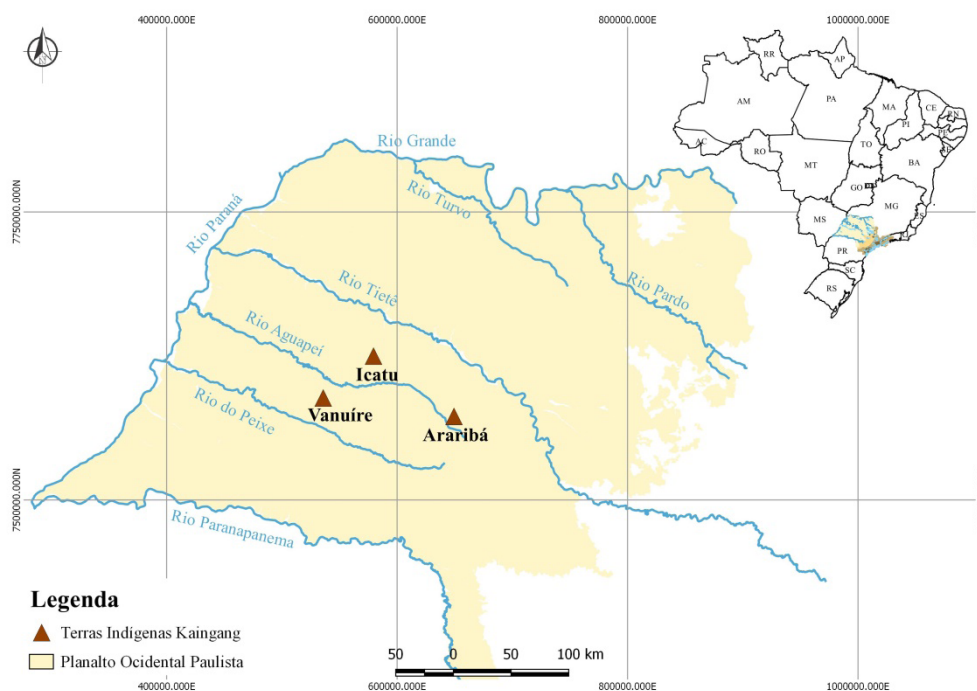
Ao final desse genocídio restaram poucos Kaingang. A figura 4 mostra alguns indivíduos deste povo já no posto indígena Vanuíre. Cury (2012) afirma que na época do contato havia cerca de 1.300 pessoas. Em 1911 o SPI contabilizou cerca de 500 indivíduos, porém, posteriormente, as pessoas foram morrendo das doenças citadas nos postos. “[...] Em 1921, foram contabilizados 173 Kaingang residentes nos acampamentos, Icatu e Vanuíre. Em 15 anos, 90% da população Kaingang foi exterminada” (CURY, 2012, p. 176).

**Figura 4.** Kaingang no posto indígena Vanuíre (1922).



Fonte: Cury (2012, p. 177).

Atualmente, os Kaingang se distribuem em 46 terras indígenas no estado de São Paulo e no Sul do país. Em 2012, a população, segundo os dados oficiais, era de 45.620 (SIASI/SESAI, 2014 *apud* INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021). No estado de São Paulo, eles ocupam duas terras indígenas na região oeste do estado, como Icatu, com 155 pessoas, e Vanuíre, com 225 pessoas (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2021) e a aldeia Kopenoti (T. I. Araribá) (figura 5).

**Figura 5.** Terras indígenas Kaingang no estado de São Paulo.

Fonte: Faccio (2019, p. 4).

Na terra indígena Araribá, aldeia Kopenoti, há alguns indivíduos Kaingang sobreviventes do genocídio, junto com os Terenas, trazidos de Mato Grosso do Sul em 1932 para repovoar a reserva na época, após a gripe espanhola ter praticamente dizimado a população Guarani e Kaingang que ali habitava desde a criação da reserva, em 1916 (CARVALHO, 1979). Nessa mesma terra indígena os Guarani estão na aldeia Nimuendaju<sup>9</sup>.

Na região, as terras indígenas Icatu, Vanuíre e Araribá tinham programas de visitação antes da pandemia de Covid-19 (figuras 6 e 7). Dentre os museus da região, o Índia Vanuíre atua com os indígenas Kaingang, valorizando a autorrepresentação. O museu<sup>10</sup> oferece um acervo permanente, oficinas, vídeos e materiais educativos interessantes para serem utilizados nas escolas da rede básica.

**Figura 6.** Kaingang e sua cultura: terra indígena Icatu e Vanuíre.

Fonte: Fotos tiradas do Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

<sup>9</sup> Mesmo que na literatura se refiram aos Guarani Kaiowá, inclusive na história de Piraju (SP), os Guarani dessa aldeia se autodenominam como Guarani Nhandeva.

<sup>10</sup> A página virtual do museu é: <https://bit.ly/2UPSgHx>.

**Figura 7.** Apresentação cultural Kaingang em comemoração ao Dia do Índio<sup>11</sup> na aldeia Tereguá (T. I. Araribá).



Acreditando na educação intercultural, o texto de Risso (2000, p. 245) propõe que as escolas e universidades<sup>12</sup> sejam centros de interculturalidade, pois possuem “grande potencialidade de diálogo e aprendizado, já que são nelas que os alunos aprendem a lidar e a conviver com a diversidade social e cultural”. A autora, inclusive, apresenta a ideia de utilização de narrativas (lendas e mitos) dos povos Terenas, Guarani e Kaingang, presentes no estado de São Paulo, “no sentido de instigar os alunos e ouvintes a conhecerem essas culturas posteriormente, por meio de outros projetos que podem ser prosseguidos por professores” (RISSO, 2000, p. 245).

Dessa forma, é preciso que a sociedade branca, não indígena, conheça os povos indígenas, bem como suas histórias, culturas e lutas, pois estas estão presentificadas nas histórias de nossas cidades.

11 Título dado por eles.

12 Aproveitamos para convidá-los a conhecerem o Cenpea (Centro de Educação e Percepção Ambiental), situado no campus de Ourinhos, que oferece oficinas, cursos sobre as temáticas ambiental/cultural e produção de materiais didáticos, como o vídeo “Cultura terena (Aldeia Tereguá) em fotos”, disponível em: <https://bit.ly/3hLTxIe>, o Instagram: <https://bit.ly/36KBWkF> e o site do grupo de pesquisa Geopaisagem: <https://bit.ly/3Bd7MgV> coordenados pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Uma reflexão*

*Nossa história está pautada na existência e na luta.  
É preciso ser guerreiro e ter muita força  
para construir uma história com maior visibilidade  
desanimar jamais!*

*É preciso preocupação*

*com a falta de reconhecimento do nosso povo  
e isso só conseguimos através da resistência  
este será o caminho para nosso sucesso!*  
(SABINO, 2020, p. 45)

As paisagens de Ourinhos e região são ancestrais, nossos patrimônios. Isso significa que devemos valorizar as matas e os animais que restaram desse processo (como o caso do parque ecológico de Ourinhos), valorizar os povos indígenas que viveram aqui antes da invasão de suas terras, como os Kaingang e os Guarani.

Pensar as paisagens como herança é entender a dívida histórica imensa que temos com os povos originários de nosso país, assim como apoiar políticas públicas de reparação, enaltecendo sua cultura, suas lutas, o desejo pelo diálogo intercultural, além de valorizar os museus e as pesquisas científicas geoaquológicas na região.

Atualmente, diante do debate ambiental, da crise ecológica e existencial, os povos indígenas nos ensinam



como viver bem por meio de outros princípios, outras visões de mundo que resultam em paisagens conservadas, ao contrário do que, hoje, vemos em nossas paisagens.

Para finalizar, a cidade de Ourinhos fez 100 anos em dezembro de 2018. Tal como uma árvore, ela é nutrida por suas raízes, com os sentimentos de pertencimento e identificação com essa terra, com as memórias, lembranças e com o trabalho das pessoas que fizeram e fazem parte da história dessa paisagem. Paisagem esta que sempre se renova, que se recria e renasce.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, B.; FERREIRA, E. **GÃR PÊ**: Milho como símbolo da tradição na cultura Kaingang. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ARAÚJO, D.; CUNHA, F. L. A ocupação da terra na formação do município de Ourinhos-SP. **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 5, n. 1, p. 39-58, 2011.
- BALDUS, H. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. *In*: BALDUS, H. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1979. p. 8-33.
- BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. **Dédalo**, São Paulo, n. 27, 1989.
- CARVALHO, E. A. **As alternativas dos vencidos**: índios Terena no estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- COBRA, A. N. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Hennes, 1923.
- CORREA, D. S. **Paisagens sobrepostas**: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). Londrina: Eduel, 2013.
- CURY, M. X. Referências Kaingang: discussões para um centro. *In*: CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. M.; ORTIZ, J. M. **Questões indígenas e museus**. São Paulo: MAE-USP, 2012. p. 173-179.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Índios no Estado de São Paulo**: resistência e transfiguração. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Yankatu, 1984.
- COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DA PROVÍNCIA DE S. PAULO. **Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema**. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2003.
- DEL RIOS, J. **Ourinhos**: memórias de uma cidade paulista. Ourinhos: Prefeitura Municipal de Ourinhos, 1992.
- FACCIO, N. B. A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista, vistos a partir da arqueologia: a contribuição do LAG/MAR. **Confins**, Aubervilliers, n. 41, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36MoSUI>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Kaingang. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil**. São Paulo: ISA, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2TmjeFV>. Acesso em: 24 jun. 2000.
- JOVIANO, C. V. M. O colono e o índio na ocupação da nova alta paulista. **Revista Científica ANAP Brasil**, Tupã, v. 4, n. 4, p. 42-51, 2011.
- KAINGANG paulistas: 100 anos de pacificação de quem? **Portal Kaingang**, [s. l.], c2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Bk24cT>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- LUIZ, C. M. **Brinquedos e brincadeiras Kaingang**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- MORAIS, J. L. Teyquê-Pê, o caminho da entrada: sobre as origens de Piraju. **Observador**, Piraju, p. 4-6, 1997.
- NIMUENDAJÚ, C. **Etnografia e indigenismo**: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas: Unicamp, 1993.
- PASCHOARELLI, M. A. B. G. **Estudo da percepção dos pescadores do rio Paranapanema no município da estância turística de Piraju e a importância do tombamento do último trecho de calha natural do rio**.

2012. Monografia (Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos e Planejamento Ambiental em Bacias Hidrográficas) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ourinhos, 2012.

PEREIRA, D. L. T. **Arqueologia Guarani na bacia do rio Santo Anastácio, SP**: estudo do sítio Celia Maria. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PINHEIRO, N. S. **Os nômades**: etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1992.

RISSO, L. C. Diversidade cultural dos povos originários do Brasil e proposta do uso de narrativas (lendas e mitos) para o ensino interdisciplinar. *In*: MORAES, N. R. *et al.* (org.). **Povos originários e comunidades tradicionais**: trabalhos de pesquisa e extensão universitária.

Porto Alegre: Fi, 2020. p. 244-263. 6 v. Disponível em: <https://bit.ly/2V09124>. Acesso em: 18 dez. 2020.

RISSO, L. C. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, 2008.

RODRIGUES, R. A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista**: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SABINO, J. P. Minha história, minha essência. *In*: NHANDEVA, A. S.; ALMEIDA, T. P. (org.). **Tetã Tekoha**. São Paulo: Pólen, 2020. p. 38-45.

SUELI, S. K. **Histórias Kaingang**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.